

**PROGRAMA ESTADUAL DE FOMENTO E INCENTIVO AO ESPORTE
PROESPORTE
EDITAL Nº 01/2020**

ANEXO I - Documentos **obrigatórios** correspondentes à primeira etapa do processo - "Habilitação", e **serão exigidos em todos os projetos do edital no ato da inscrição**:

1

I – ÁREA PESSOA FÍSICA (PF) – referente Edital 01/2020 – item 1.8.1

1	Cadastro de Pessoa Física – CPF.
2	Certidão Negativa de Débitos de Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda. http://www.cdw.fazenda.pr.gov.br/cdw/emissao/certidaoAutomatica
3	Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais, expedida pelo Município.
4	Certidão Negativa de Quitação de Tributos Federais e Dívida Ativa da União – Serviços ao Cidadão: www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/ATSP0/Certidao/CndConjuntaInter/InformaNICertidao.asp?Tipo=2
5	Comprovação de inexistência de registro junto ao Cadastro Informativo Estadual – CADIN Estadual, por meio da impressão da tela de consulta disponível em: http://www.cadin.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=7
6	Comprovação de situação regular junto a Receita Federal. www.receita.fazenda.gov.br/aplicacoes/atcta/cpf/ConsultaPublica.asp
7	Cópia digitalizada da cédula de identidade profissional <u>que comprova o regular registro do responsável técnico do projeto junto ao sistema CREF/CONFEE</u> , nos termos do contido no item 4.10 do edital.
8	Cópia digitalizada de documento comprobatório de endereço válido nos últimos 3 meses que antecedem a data de abertura do edital, em nome do proponente (a exemplo de conta de água, luz, gás, telefone), a ser inserido na plataforma digital utilizada pelo PROESPORTE.
9	Documento de identificação que goze de fé pública, com foto.
Todos os documentos e informações descritas no ANEXO II são também obrigatórios.	

(ANEXO I - continua na próxima página ...)

**II – ÁREA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO (PJ), OSCIP e OS–
referente Edital 01/2020 – item 1.8.2**

1	Ato constitutivo da pessoa jurídica (contrato social, estatuto, ata, registro do microempreendedor individual ou equivalente), devidamente registrado em Cartório, e suas alterações. 2
2	Cadastro de Pessoa Física – CPF do representante legal.
3	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).
4	Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União. http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidao/CNDConjuntaInter/InformaNICertidao.asp?tipo=1
5	Certidão de Regularidade (CRF) do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) - Caixa Econômica Federal. https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf
6	Certidão Negativa de Débitos de Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda. http://www.cdw.fazenda.pr.gov.br/cdw/emissao/certidaoAutomatica
7	Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais, expedida pelo Município sede da empresa.
8	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT. http://www.tst.jus.br/certidao
9	Comprovação de inexistência de registro junto ao Cadastro Informativo Estadual – CADIN Estadual, por meio da impressão da tela de consulta disponível em: http://www.cadin.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=7
10	Cópia digitalizada da cédula de identidade profissional <u>que comprova o regular registro do responsável técnico do projeto junto ao sistema CREF/CONFEE</u> , nos termos do contido no item 4.10 do edital.
11	Cópia digitalizada de documento comprobatório de endereço de sede válido nos últimos 3 meses que antecedem a data de abertura do edital, em nome em nome da pessoa jurídica proponente ou do seu representante legal (a exemplo de conta de água, luz, gás, telefone), a ser inserido na plataforma digital utilizada pelo PROESPORTE.
12	Documento de identificação do representante legal que goze de fé pública, com foto.
13	Estatuto Social, Contrato Social, Ata ou instrumento de procuração devidamente registrada em cartório e vigente, <u>que comprove os poderes do Representante Legal de Pessoa Jurídica.</u>
<p>Todos os documentos e informações descritas no ANEXO II são também obrigatórios.</p>	

(ANEXO I - continua na próxima página ...)

III – ÁREA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA– referente Edital 01/2020 – item 1.8.3

1	Cadastro de Pessoa Física – CPF do representante legal.	3
2	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).	
3	Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União. http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidao/CNDConjuntaInter/InformaNICertidao.asp?tipo=1	
4	Certidão de Regularidade (CRF) do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) - Caixa Econômica Federal. https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf	
5	Certidão Liberatória do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. http://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/consultar-certidao-liberatoria/235540	
6	Certidão Negativa de Débitos de Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda. http://www.cdw.fazenda.pr.gov.br/cdw/emissao/certidaoAutomatica	
7	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT. http://www.tst.jus.br/certidao	
8	Comprovação de inexistência de registro junto ao Cadastro Informativo Estadual – CADIN Estadual, por meio da impressão da tela de consulta disponível em: http://www.cadin.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=7	
9	Cópia digitalizada da cédula de identidade profissional <u>que comprova o regular registro do responsável técnico do projeto junto ao sistema CREF/CONFEE</u> , nos termos do contido no item 4.10 do edital.	
10	Cópia digitalizada de documento comprobatório de endereço de sede válido nos últimos 3 meses que antecedem a data de abertura do edital, em nome em nome da pessoa jurídica proponente ou do seu representante legal (a exemplo de conta de água, luz, gás, telefone), a ser inserido na plataforma digital utilizada pelo PROESPORTE.	
11	Decreto de Nomeação do Representante Legal.	
12	Documento de identificação do representante legal que goze de fé pública, com foto.	
13	Lei de criação e eventuais alterações.	
Todos os documentos e informações descritas no ANEXO II são também obrigatórios.		

(ANEXO I - continua na próxima página ...)

IV - ÁREA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO – ADMINISTRAÇÃO DIRETA (MUNICÍPIOS) – referente Edital 01/2020 – item 1.8.4

1	Ata de Posse do Prefeito Municipal.	4
2	Cadastro de Pessoa Física – CPF do representante legal.	
3	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).	
4	Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União. http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidao/CNDConjuntaInter/InformaNICertidao.asp?tipo=1	
5	Certidão de Regularidade (CRF) do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) - Caixa Econômica Federal. https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf	
6	Certidão Liberatória do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. http://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/consultar-certidao-liberatoria/235540	
7	Certidão Negativa de Débitos de Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda. http://www.cdw.fazenda.pr.gov.br/cdw/emissao/certidaoAutomatica	
8	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT. http://www.tst.jus.br/certidao	
9	Comprovação de inexistência de registro junto ao Cadastro Informativo Estadual – CADIN Estadual, por meio da impressão da tela de consulta disponível em: http://www.cadin.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=7	
10	Cópia digitalizada da cédula de identidade profissional <u>que comprova o regular registro do responsável técnico do projeto junto ao sistema CREF/CONFEE</u> , nos termos do contido no item 4.10 do edital.	
11	Documento de identificação do representante legal que goze de fé pública, com foto.	
Todos os documentos e informações descritas no ANEXO II são também obrigatórios.		